



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2529 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 02 - História da Educação

A escola primária distrital de Vera Cruz ? Pindahybas: um estudo sobre estratégias e táticas (1901-1909)
Alisson José da Silva Esteves Pereira - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
Gilvanice Barbosa da Silva Musial - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Neste artigo intitulado, “A escola primária distrital de Vera Cruz – Pindahybas: um estudo sobre estratégias e táticas (1901-1909)”, tem como objetivo analisar as táticas produzidas pela professora Maria Estephania para a permanência da escola distrital de Vera Cruz – Pindahybas, localizada no município de Sabará, entre 1901 e 1909. Como referencial teórico trabalharemos com as noções de estratégias e táticas a partir das formulações de Michel de Certeau. Como fontes, mobilizamos mensagens do Presidente do Estado de Minas Gerais, Relatórios da Secretaria do Interior, os Decretos e as Leis estaduais, as atas do Senado Mineiro, as atas da Câmara dos Deputados, bem como, algumas fontes do Fundo da Secretaria do Interior (Série 4: Instrução Pública), como as correspondências diversas, expedidas e recebidas pela Secretaria do Interior, os requerimentos, os mapas escolares, e, sobretudo, os relatórios dos inspetores técnicos e distritais. Como resultados, buscaremos evidenciar as táticas produzidas por Maria Estephania e os resultados obtidos em relação à permanência da escola na localidade de Vera Cruz-Pindahybas.

Palavras-chave: Instrução primária distrital; Ensino público mineiro; Táticas.

A escola primária distrital de Vera Cruz – Pindahybas: um estudo sobre estratégias e táticas (1901-1909)

RESUMO

Neste artigo intitulado, “A escola primária distrital de Vera Cruz – Pindahybas: um estudo sobre estratégias e táticas (1901-1909)”, tem como objetivo analisar as táticas produzidas pela professora Maria Estephania para a permanência da escola distrital de Vera Cruz – Pindahybas, localizada no município de Sabará, entre 1901 e 1909. Como referencial teórico trabalharemos com as noções de estratégias e táticas a partir das formulações de Michel de Certeau. Como fontes, mobilizamos mensagens do Presidente do Estado de Minas Gerais, Relatórios da Secretaria do Interior, os Decretos e as Leis estaduais, as atas do Senado Mineiro, as atas da Câmara dos Deputados, bem como, algumas fontes do Fundo da Secretaria do Interior (Série 4: Instrução Pública), como as correspondências diversas, expedidas e recebidas pela Secretaria do Interior, os requerimentos, os mapas escolares, e, sobretudo, os relatórios dos inspetores técnicos e distritais. Como resultados, buscaremos evidenciar as táticas produzidas por Maria Estephania e os resultados obtidos em relação à permanência da escola na localidade de Vera Cruz-Pindahybas.

Palavras-chave: Instrução primária distrital; Ensino público mineiro; Táticas.

Introdução

Esse artigo é fruto de uma pesquisa realizada ao longo do mestrado e tem como objetivos apreender e analisar como determinados agentes (pessoas, comunidade, grupos) do distrito de Vera Cruz – Pindahybas, localizada do município de Sabará, se organizaram para lidar com a Lei n. 281 de 1899, que impôs a supressão das escolas rurais e de algumas escolas distritais, mantidas pelo governo do estado de Minas Gerais. Pois, conforme estabelecia a Lei n. 281 a instrução primária ficou organizada em escolas urbanas e distritais. “As escolas serão situadas dentro do perímetro da sede dos districtos, sendo urbanas as que estiverem situadas em cidades e villas, e districtaes as demais”. (L.D.MG, Lei n. 281,

1899, p.40) As demais escolas, como as rurais e as escolas distritais, posteriores ao ano de 1893, não seriam mais mantidas pelo estado. "Art. 11. A supressão de cadeiras de instrução primária será feita de preferéncia dentre as de criação mais recente e as de menor freqüência". (L.D.MG, Lei n. 281, 1899, p.41)

Portanto, percebemos que com a efetivação da Lei n. 281 ocorreu no estado de Minas Gerais, uma queda significativa no número de escolas primárias isoladas. Segundo os dados dos registros escolares da Secretaria do Interior, em 1898, havia no Estado mineiro, 2.138 escolas primárias promovidas pelo Estado, subdivididas em 567 escolas rurais, 480 escolas urbanas e 1.091 escolas distritais. Deste montante de escolas, 23 escolas funcionavam para o ensino noturno. Este número foi reduzido no ano 1899, após a Lei n. 281, para 1.476 cadeiras, sendo 476 urbanas e 1000 distritais, ou seja, as cadeiras rurais deixaram de ser custeadas pelo governo do estado de Minas Gerais.

Diante dos riscos de supressão das cadeiras rurais e distritais, analisaremos a atuação da professora Maria Estephania, entre outros agentes, para manter a escola primária em Vera Cruz – Pindahybas. E, para analisar a atuação da referida professora trabalharemos com os conceitos: estratégias e táticas de Michel de Certeau. Estes dois conceitos foram trabalhados pelo pesquisador no livro "*A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*" em que Certeau descreve as estratégias com a ação impositiva de um agente (pessoa, instituição, empresa, governo) diante das demais pessoas, que, mais fracas, acabam acatando ou criando meios para lidar com aquela imposição. Já as táticas estão relacionadas com as inúmeras formas que um determinado agente (pessoa, comunidade, grupos) organiza para lidar com as estratégias impositivas.

Para a realização deste artigo trabalhamos com as seguintes fontes do Arquivo Público Mineiro: a mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, os Relatórios da Secretaria do Interior, os Decretos e as Leis estaduais, as atas do Senado Mineiro, as atas da Câmara dos Deputados, bem como, algumas fontes do "Fundo da Secretaria do Interior" (Série 4: Instrução Pública) como as correspondências diversas, expedidas e recebidas pela Secretaria do Interior, os requerimentos, os mapas escolares, e, sobretudo, os relatórios dos inspetores técnicos e distritais.

Para o desenvolvimento deste artigo, propusemos dividi-lo em três sessões: na primeira apresentaremos o aspecto histórico da localidade rural de Pindahybas até a sua fase de transição de espaço rural para espaço distrital. No segundo momento abordaremos mais propriamente a escola primária mista do distrito de Vera Cruz - Pindahybas sob a regência da professora Maria Estephania e por fim, no terceiro momento analisaremos alguns aspectos como: a estrutura física da escola; os materiais didáticos utilizados; o método de ensino posto em prática por Maria Estephania; o programa de ensino proposto pelo Estado e efetivado pela professora; os alunos que frequentavam a escola de Vera Cruz – Pindahybas. Compreendendo assim, que todos estes aspectos escolares foram importantes no jogo tático de Maria Estephania para a luta da permanência da escola primária na localidade diante dos riscos proeminentes de supressão da cadeira. Nas considerações finais buscaremos evidenciar as táticas produzidas por Maria Estephania e os resultados obtidos em relação à permanência da escola na localidade de Vera Cruz Pindahybas.

De Pindahybas a Vera Cruz

Embora não saibamos o significado propriamente dito do nome "Pindahybas", compreendemos que a localidade rural existe desde o ano de 1710. O nome Pindahybas perdurou até o início do século XX, momento em que deixou de ser chamada de Pindahybas, para ser chamada de Vera Cruz de Minas.

O que destaca este povoado dentre os demais do município de Sabará? Segundo Martins (2006), é o aspecto agropecuário, pois, "por volta de 1711, havia grandes propriedades rurais dedicadas a produção mercantil de alimentos no entorno de Vera Cruz", (MARTINS, 2006, p. 67) algo que influenciava muito no enriquecimento local e, sobretudo, na autonomia econômica da região, diante das demais regiões. Essa produção mercantil de alimentos abastecia o povoado de Pindahybas e, ao mesmo tempo, fornecia o excedente para a venda no comércio das grandes cidades, como Ouro Preto e Sabará, ou seja, Pindahybas era uma localidade produtora e fornecedora de produtos agrícolas para os grandes centros urbanos da época.

O distrito de Pindahybas legalmente passou a existir a partir da lei provincial n. 2.041, de 1º de dezembro de 1873, através do Art. 6º, em que se criava o distrito de paz com a sede no povoado de Pindahybas. "Art. 6º Fica creado um districto de paz com séde no povoado das Pindahybas, cuja denominação terá. As divisas deste districto serão marcadas pelo governo, ouvidas as autoridades da parochia do Curral d' El-Rey a que pertence o dito povoado; e nelle se creará uma escola de primeiras letras para ambos os sexos, quando seus habitantes construírem casa para a mesma, sob o plano que o governo der". (L.D.MG, 1873, p. 169)

Mesmo com a data da criação do distrito de paz de Pindahybas em 1873, foi somente em 1883, com a Lei mineira n. 3.170, que o espaço territorial de Pindahybas foi delimitado. E, apenas no dia 8 de abril de 1900 que o distrito foi instalado; mudando o nome de Pindahybas para Vera Cruz. Pois, a Câmara Municipal de Sabará para impedir a supressão das cadeiras primárias de Vera Cruz – Pindahybas que ali havia, enviou no dia 08 de janeiro de 1900, um ofício à Secretaria do Interior relatando a necessidade da manutenção das cadeiras de instrução primária em Vera Cruz - Pindahybas. Conforme o ofício enviado pela Câmara de Sabará, Vera Cruz - Pindahybas havia se elevado de povoado para distrito com a Lei n. 2.041 de 1º de dezembro de 1873. E, segundo o Agente Executivo Municipal, Daniel da Rocha Machado, do Município de Sabará, a localidade fora elevada a distrito por três motivos: primeiro, porque a região era bastante povoada; segundo, porque a indústria agrícola era muito desenvolvida e terceiro, porque Vera Cruz - Pindahybas estava distante da sede do distrito Venda Nova e do município de Sabará, o que lhe conferia tornar-se

distrito. Entretanto, em virtude de questões políticas dos chefes locais no período do Império, o distrito de Vera Cruz - Pindahybas não foi instalado e, ao longo daqueles anos, nenhum ato revogou a lei para a instalação do distrito.

A escola mista de Vera Cruz - Pindahybas regida por Maria Estephania

Compreendido um pouco sobre a formação do distrito de Vera Cruz – Pindahybas, precisamos salientar que a professora Maria Estephania efetivou-se na cadeira primária de Vera Cruz – Pindahybas no dia 5 de junho de 1901, quando o inspetor distrital enviou para o Secretário do Interior o pedido de nomeação de Maria Estephania para a cadeira primária de Vera Cruz – Pindahybas. Não muito tardou para que o pedido de nomeação de Maria Estephania fosse aprovado, pois, no dia 3 de julho de 1901, Maria Estephania foi nomeada para a cadeira mista de Vera Cruz – Pindahybas.

Em visita à cadeira de instrução primária regida por Maria Estephania, o inspetor Arthur Queiroga afirma que “a casa da professora dá a sala da escola. Vae ser melhorada, de accordo com exigencias da inspecção”. (SI-2810, 1907, 14 de setembro) No campo referente ao espaço físico da escola, tudo indica que Maria Estephania estava muito atenta às normas de higiene; estas, segundo Nascimento (2009), correspondiam “(...) a higiene do próprio corpo e espaços mais apropriados para educação escolar das crianças, onde houvesse ventilação e luz suficiente, além dos exercícios físicos (...)”. (NASCIMENTO, 2009, p.83) Além da atenção voltada para a higiene da escola e de seus alunos, Maria Estephania parecia cuidar da organização do espaço escolar, uma vez que, o inspetor técnico Brant Junior não deixara de aprovar a sala de aula, ressaltando ser o espaço compatível para uma escola. Segundo o relatório de inspeção técnica de Brant Junior, a sala de aula era bem organizada, pois “com-a redução do numero de alumnos, depois de installada-a escola masculina, a professora poude melhorar muito a sala dos trabalhos, hoje em forma rectangular, o que muito facilita a fiscalisação”. (SI-3294, 1909, 1 de maio ou pp.13-14) Dentro da sala de aula, havia uma mesa para as alunas e para os alunos escreverem, além de 4 bancos para as meninas e 8 bancos para os meninos (antes de ocorrer a conversão da escola em feminina). Também, o inspetor escolar distrital José Pedro Advincula e Costa, ao visitar a escola de Maria Estephania, no dia 13 de fevereiro de 1909, descreveu que “o salão da escola vasto e arejado”. (SI-3307, 1909, 13 de fevereiro) Isto nos levou a inferir que Maria Estephania buscava atender as normas preestabelecida pela legislação estadual.

Os materiais escolares e a organização do trabalho nas aulas de Maria Estephania

No campo referente aos materiais escolares, o inspetor técnico Arthur Napoleão observou que a escola “possue algum material escolar, como mappas geographicos, cartas de Parker e quadro-negro de MS. 4 X 0,90”. (SI-3256, 1908, 26 de fevereiro) E, no aspecto referente a mobília, relatou que estavam incompletos. No aspecto do uso de material didático, Arthur Napoleão salientou que Maria Estephania “apresentou-me os livros didacticos recommendados pelo Conselho Superior”. (SI-3256, 1908, 26 de fevereiro) Entre os materiais didáticos, estavam: Cartas descritivas do Brasil, mapas para o ensino de aritmética e modelos de caligrafia vertical.

No campo referente à organização dos materiais escolares, Maria Estephania parecia seguir cuidadosamente as normas. Segundo o inspetor técnico Arthur Queiroga, a organização escolar era bem evidente nos cadernos dos alunos, que relatavam um processo contínuo de aprendizado. O referido inspetor afirma que, “ha ordem nos cadernos de exercicios dos alumnos, nos papeis e livros concernentes á aula. A frequencia excedeu a exigencia legal em todos os meses decorridos no anno lectivo, excepto no pequeno periodo em que grassou na localidade, causando alarma, a epidemia da varíola”. (SI-3256, 1908, 24 de julho) No campo referente à organização pedagógica, no dia 28 de março, o inspetor escolar distrital José Pedro Advincula e Costa, ao visitar a escola de Maria Estephania, observou que havia 72 alunos presentes, e que estes estavam adiantados no processo de aprendizado. Além do adiantamento dos alunos que denotava uma boa organização pedagógica de Maria Estephania, a professora realizava, corretamente, a escrituração da escola. Segundo o Inspetor, “a escripturação da professora é feita com todo capricho e justamente de accordo com as exigencias do actual regulamento”. (SI-3264, 1908, 28 de março) Dois meses depois, no dia 25 de maio, novamente, José Pedro retorna à cadeira de Maria Estephania e relata que estava tudo em conformidade.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, observamos que juntamente com porás ações de agentes da política local, Maria Estephania colaborou para que o estado de Minas Gerais continuasse mantendo cadeira primária em Vera Cruz - Pindahybas. É possível afirmar, ainda, que as táticas produzidas pela população da localidade foram fundamentais para a manutenção da escola de instrução primária, no primeiro momento, após a aprovação da Lei 281 de 1999. A mudança da condição de povoado para distrito, de Pindahybas para Vera Cruz, pode ser considerado um momento importante na produção de táticas para impedir a supressão da escola rural (instrução primária) na localidade.

Além disso, diante dos riscos de supressão impostos pela lei n. 281 para a permanência da cadeira primária em Vera Cruz – Pindahybas, Maria Estephania buscou meios para que a sua cadeira primária tornasse um espaço escolar que possuía uma frequência acima do exigido legalmente e ainda propício para a aprendizagem de seus alunos. O modo como organizava o trabalho e utilizava o “método da palavração” e a “letra vertical” indicava que, embora não possuísse o curso normal, estava atenta às “novidades” da época, do ponto de vista do ensino.

Observamos que Maria Estephania ao longo do período em que esteve regendo a cadeira primária de Vera Cruz – Pindahybas, pôde demonstrar ao estado mineiro que possuía uma formação adequada para lecionar em escola primária, uma vez que, fora aprovada em concurso público. E, ao discorrer sobre a sua trajetória como professora é possível afirmar que além de ser cumpridora das normas referentes à instrução primária, também era uma professora que obteve êxito na instrução dos seus alunos e alunas ao longo dos anos em que regeu a cadeira primária do distrito de Vera Cruz – Pindahybas, pois seus alunos conseguiam aprovação de um ano para outro, ou seja, Maria Estephania ensinava os conteúdos de um modo que seus alunos conseguiam aprender e manteve uma frequência escolar sempre acima dos limites exigidos pela legislação. Isto nos fez refletir que além das táticas para driblar uma possível supressão da escola primária do distrito, Maria Estephania era uma professora que conseguia ensinar os seus alunos. Devido a isso, Maria Estephania era descrita como uma professora que realizava o exercício de professora por vocação, vontade pessoal, ou como alguém que gostava de instruir as crianças da localidade de Vera Cruz – Pindahybas. Entretanto, ao nos aproximarmos de sua trajetória como mestra, encontramos uma mulher que de forma tática reivindicava seus direitos junto aos órgãos do Estado.

Referenciais

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1988.

FETTER, Sandro; LIMA, Edna Lúcia da Cunha; LIMA, Guilherme Cunha. O ensino da escrita manual no Brasil: dos modelos caligráficos à escrita pessoal no século XXI. Rio de Janeiro: Escola Superior de Design Industrial, 2010. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fetter-sandro-lima-edna-lima-guilherme-o-ensino-daescrita-manual-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Pedro Leopoldo: memória histórica. 2. ed. Pedro Leopoldo: Gráfica Editora Tavares, 2006.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Disponível em: <<http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espacoalfabetizarletrar/lectoescrita/artigos/historia%20dos%20metodos%20de%20alfabetizacaobrasil.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899): quando a distinção possibilita a exclusão. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NASCIMENTO, Célia Siqueira Xavier. Formas de ver e viver a infância nas escolas públicas mineiras (fins do século XIX – início do século XX): práticas, espaços e tempos. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

VEIGA, Cynthia Greive. *Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX* In: VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria Cecília C. C. (Orgs.). A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp.137-158.

Leis e Decretos:

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos da Província. 1873. *Lei n. 2.041, de 01 de dezembro de 1873*. Tomo XXXX, parte 1ª. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos da Província. 1883. *Lei n. 3.170, de 18 de outubro de 1883*. Tomo L, parte 1ª. Arquivo Público Mineiro.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. 1897. *Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897*.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. 1899. *Lei n. 281, de 16 de setembro de 1899*.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.353, de 17 de janeiro de 1900. Determina o número de escolas primárias do Estado.

MINAS GERAIS. Decreto n. 1.370, de 15 de março de 1900. Amplia e modifica disposições do decreto n. 1.353, sobre cadeiras de instrução primária.

Relatórios de Secretários do Interior:

SECRETARIA DO INTERIOR. Relatório da Secretaria do Interior apresentado ao Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes: 1901. Ouro Preto: Imprensa

Official de Minas Geraes, 1901.

Mensagens de Presidentes:

MINAS GERAES. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Geraes Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro: 15 jun. 1901. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1901.

Termos de visitas:

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor distrital Herculano Manso. Sabará, 1900. Códice SI-2736.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor extraordinário Albino José Alves Filho. Sabará, 17 mar. 1900. Códice SI-2746.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor escolar municipal Pedro Paulo Gomes Baptista, 31 jan. 1904. Códice SI-2780.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor técnico Arthur Queiroga. Sabará, 30 ago. 1907. Códice SI-3256, SI-2810.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor escolar José Pedro Advincula e Costa. Sabará, 28 mar. 1908. Códice SI-3264, SI-3284, SI-2841.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor técnico José Ferreira de Andrade Brant. Sabará, 09 fev. 1909. Códice SI-3302, SI-3307.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. Termo de visita: Inspetor técnico José Ferreira de Andrade Brant. Sabará, 07 mai. 1909. Códice SI-3294.

Correspondências:

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Correspondências. Códices: SI-2748, 2750, 2755, 2753, 2782, 2798, 2824, 2809, 2813.

Sites:

[http://camarasabara.mg.gov.br/plus/modulos/conteudo/?tac=historia-desabara.](http://camarasabara.mg.gov.br/plus/modulos/conteudo/?tac=historia-desabara)

[http://sabara.mg.gov.br/cultura/sobre-sabara/.](http://sabara.mg.gov.br/cultura/sobre-sabara/)